

# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-10 – Informação e Memória

## OS INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

### *INSTRUMENTS FOR REPRESENTING ARCHIVE INFORMATION FOR BUILDING MEMORY AND IDENTITY*

Evelyn Goyannes Dill Orrico – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Eliezer Pires da Silva – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

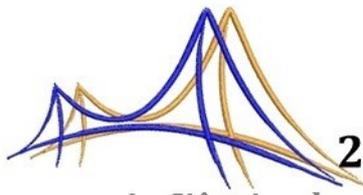
Diogo Baptista Pereira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Os instrumentos de representação da informação arquivística demonstram a dinâmica de construção de memórias e identidades a partir dos arquivos. A divulgação dos acervos arquivísticos para um público amplo é a perspectiva cada vez mais estabelecida para os arquivos públicos. É função social do arquivo promover a utilização de seus acervos, sempre aperfeiçoando as condições do acesso aos documentos de arquivo por parte da população. Nesse sentido o arquivo ajuda a construir a cidadania de um povo. O objetivo desta proposta é tematizar os aspectos que caracterizam, no Brasil, a construção dos instrumentos de representação da informação arquivística que são disponibilizados pelas instituições arquivísticas aos seus usuários, na medida em que são discursos que contribuem para a construção de representações identitárias e de memórias da sociedade em geral. A abordagem metodológica é básica, de cunho exploratório, calca-se em pesquisa documental, inicialmente pela seleção das instituições a serem estudadas e análise do material selecionado. Os resultados são: há recursos tecnológicos já utilizados pela maior parte das instituições arquivísticas para favorecer os usos e os usuários de seus acervos, no entanto, ainda carecem avanços em dois pontos: ampliar a identificação entre os arquivos públicos e a maior parte da população e aperfeiçoar os instrumentos de pesquisa das entidades custodiadoras de acervos arquivísticos para atingir um público mais amplo que comumente não visitaria os arquivos.

**Palavras-Chave:** Informação e memória; memória e arquivo; informação e arquivo.

**Abstract:** The tools for representing archival information demonstrate the dynamics of building memories and identities from archives. The dissemination of archival collections to a wide audience is the increasingly established perspective for public archives. It is the social function of the archive to promote the use of its collections, always improving the conditions of population's access to archive documents. In this sense the archive helps to build people citizenship. The purpose of this proposal is to thematize the aspects that characterize, in Brazil, the construction of archival information representation tools that are made available by archival institutions to their users, as they are discourses that contribute to the construction of identity society representations and memories in general. The methodological approach is basic, exploratory in nature, based on documentary research, initially by selecting the institutions to be studied and analyzing the selected material. The results are: there are technological resources already used by most archival institutions to favor the use and users of their collections, however, progress still needs to be made in two points: to broaden



# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

the identification between public archives and most of the population; refine the research tools of archival custodians to reach a wider audience that would not commonly visit archives.

**Keywords:** Information and memory; memory and file; information and archive..

## 1 INTRODUÇÃO

Quando analisamos as configurações discursivas do entrelaçamento entre memória e arquivo na teoria e nas práticas arquivísticas no Brasil, podemos observar o impacto das permanentes demandas sociais por conexão com o passado apresentadas pela pluralidade de grupos e identidades aos arquivos, o percurso histórico de institucionalização do campo arquivístico no país desde a década de 1970 e as estruturas de natureza pública e privada que patrimonializam, preservam e dão acesso a acervos arquivísticos.

Os limites dos procedimentos e sujeitos envolvidos nos processos arquivísticos de uso dos arquivos nas políticas de memória, e as possibilidades de transformação social pelo acesso a direitos coletivos e individuais por meio dos arquivos, iluminam as produções discursivas que configuram construções de memória por intermédio de políticas, programas e projetos arquivísticos nos setores público e privado, além de indicar relações entre o campo da Memória Social e o fenômeno informacional arquivístico.

Nessa perspectiva reconhecemos as políticas de memória a partir dos arquivos como processos e produtos histórico-sociais com suas dimensões contemporâneas, tendo em vista materialidades como os dispositivos legais que caracterizam o estatuto jurídico do campo dos arquivos no Brasil e os programas institucionais que anunciam o reconhecimento dos arquivos no território da construção de memórias.

Nos arquivos há uma construção de instrumentos de pesquisa que indexam os documentos de arquivo custodiados que podem tanto colocar em evidência, quanto fazer desaparecer documentos de arquivo diante dos usuários. As instituições arquivísticas têm a função social de garantir acesso aos documentos de sua custódia por meio de instrumentos que representam o conteúdo desses registros, efetivando a transferência de informação nos arquivos como um processo que vai do armazenamento do documento até a divulgação de seus conteúdos, considerando os instrumentos de pesquisa como mediadores dessa finalidade (ORRICO; SILVA, 2019).

O objetivo desta proposta é problematizar os aspectos que caracterizam no Brasil a construção dos instrumentos de representação da informação arquivística que são disponibilizados pelas instituições arquivísticas aos seus usuários, na medida em que são discursos que contribuem para a construção de representações identitárias e de memórias da sociedade em geral.

A abordagem teórico-metodológica desta proposta está baseada nos recursos teóricos da Ciência da Informação, pressupondo a centralidade da memória nas sociedades ocidentais contemporâneas, e sua conexão com o campo dos arquivos. Insere-se no Grupo de Pesquisa “MIDisC Memória, Informação, Discurso e Ciência”.

Esta comunicação apresenta resultados de pesquisa do projeto em andamento intitulado “Divulgação científica nos arquivos do Brasil”, com auxílio do CNPq, edital universal, processo 409036/2016-1. A proposta é abordar os arquivos como recurso informacional para o cidadão, contribuindo na produção de conhecimento sobre um tema fundamental para a emergência de novas discussões no espaço acadêmico envolvendo diversos atores sociais na perspectiva da representação do conhecimento arquivístico para a população leiga, considerando-se os instrumentos de representação da informação arquivística para a construção de memória e identidade.

## 2 METODOLOGIA

A estrutura metodológica desta pesquisa é básica, de cunho exploratório, calcando-se em pesquisa documental, a partir da seleção das instituições a serem estudadas, e análise comparativa do material selecionado. Neste projeto foi necessária uma constante e frequente atualização da literatura da área durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

Neste momento já está definido o *corpus* analítico e foram selecionadas as instituições que armazenam acervos arquivísticos representativas das diferentes regiões do país, no intuito de compreender o fenômeno estudado em âmbito nacional, e que tenham a finalidade de permitir o acesso ostensivo a esses acervos. Esse passo foi cumprido, conforme explicitado no item cinco, e sondou o campo investigativo, no intuito de realizar um censo das instituições que disponibilizam instrumentos de informação arquivística.

A partir da revisão da literatura, da elaboração de instrumentos de coleta de dados, da sistematização conceitual do assunto e análise dos dados coletados nas visitas é possível constatar as estratégias utilizadas por diferentes arquivos brasileiros para o acesso amplo da população aos acervos arquivísticos. Essa etapa coloca em evidência a tipologia de instrumentos de pesquisa desenvolvidos pelos arquivos públicos brasileiros.

As análises em curso indicam como ocorre a representação da informação arquivística para a construção de memória e identidade, tendo em vista o seu papel de mediação entre

os usuários e o conteúdo dos acervos, sugerindo cenários futuros sobre a divulgação de fontes arquivísticas no Brasil.

### **3 UMA APROPRIAÇÃO DO CONCEITO DE MEMÓRIA SOCIAL**

A memória social é um ponto de partida, uma área de debate e um modo de tematizar o fenômeno da lembrança e do esquecimento. Nesse sentido, ocorrem processos de produção de identidades embebidos de embates entre memórias e projetos, configurando conflitos que opõem orientações ideológicas diversas dentro de grupos, disputando a memória como elemento constituinte das relações sociais.

[...] o sentimento de identidade [... seria o] sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 205)

Um fator fundamental é perceber a persona que cada ator (seja uma pessoa física ou jurídica como uma instituição arquivística) desempenha. Uma espécie de “máscara”, ou seja, o ator faz parecer uma coisa que não necessariamente ele é. Em outras palavras, existe uma representação. Nessa perspectiva junguiana (Carl G. Jung), a persona é importante para a manutenção e o bom convívio social. Cada ator se comporta de determinado modo segundo a situação em que se apresenta. Isso compreende desde o linguajar utilizado até expressão corporal, por exemplo. Dependendo da forma que isso se equilibre, a persona pode desempenhar um papel que esconda o real. Dificilmente, aparecerão, no ambiente digital (internet, rede sociais etc), os arquivos públicos reclamando da falta de orçamento e como ele faz falta para a manutenção das atividades e preservação do acervo. O que é publicado não necessariamente reflete que uma instituição seja organizada, mas poderá passar ou não essa impressão, dependendo de como o usuário perceber determinada informação. Afinal, não é a instituição arquivística que está ali, mas apenas sua representação para a sociedade.

A memória social, de acordo com Gondar (2005; 2016), configuraria um território conceitual desafiador. A autora apresenta cinco proposições sobre os estudos dessa temática: cruzamentos de diferentes saberes e domínios separados, a partir de problemas de pesquisa; implicações éticas e políticas de uma constitutiva parcialidade; memória implica o esquecimento; memória não se reduz à identidade; e não correspondência entre memória e representação sociais.

Ao tratar da diversidade no acionamento de tradições teóricas para a pesquisa em memória social, Abreu (2005) sugere alguns parâmetros que norteiem essas “misturas”, tais como a articulação consistente entre questão, referenciais teóricos e objeto de estudo; contextualização sócio-histórica dos autores e suas obras; e o reconhecimento da importância dos mesmos dentro de sua escola de pensamento. Enfatiza-se a trajetória de pesquisa em memória social como “uma vertente sociológica de pensamento, com o intuito de qualificar a diferença entre estudos biológicos, psicológicos ou filosóficos da memória, e um estudo da memória como fenômeno social” (ABREU, 2005, p. 34).

A aproximação teórica entre memória e arquivo foi proposta por Paul Ricoeur. A operação historiográfica inaugurada a partir do século XIX representaria uma aposta no arquivo como lugar do testemunho inscrito e preservado. “A mudança do estatuto do testemunho falado ao de arquivo constitui a primeira mutação historiadora da memória viva”. (RICOEUR, 2007, p. 179)

[...] cientistas sociais e historiadores sensíveis a essas discussões, mas também alguns arquivistas críticos às (por demais) livres apropriações da noção de arquivo, sublinharam a necessidade de não perder de vista os conteúdos, contornos e percursos dos arquivos, as operações classificatórias e os instrumentos de pesquisa que dão acesso aos documentos, chamando atenção para a importância de buscar a materialidade e a historicidade desses objetos, de trazer à tona a estrutura arquivística na qual estão inseridos, mas também as operações que, nos diversos contextos pelos quais os documentos circulam, objetivaram representações sobre memória e história. (HEYMANN, 2009, p. 39)

O papel das instituições de arquivo é essencial para a preservação dos documentos desde o surgimento da escrita na medida em que se tornou um recurso para estender os limites da memória humana a partir da acumulação de registros e controle de estruturas sociais. Contudo, nessas sociedades afasta-se da centralidade nos métodos orais como base de transmissão de conhecimento entre gerações, com efeito claro sobre a configuração de relações assimétricas de poder em prejuízo de sociedades e culturas tradicionais. Para Jimerson (2008) os “arquivos são lugares de conhecimento, memória, nutrição e poder”.

O foco dos arquivistas no lado técnico de seus afazeres, por vezes, obscurece suas responsabilidades sociais e culturais. A ênfase demasiada em sistemas de gestão de documentos, accountability e provas — todas cruciais para arquivos institucionais — poderia levar à negligência e desvalorização do nosso papel de preservar o patrimônio, a cultura e a memória social (JIMERSON, 2008, p. 38).

Os arquivos surgem dentro de um contexto social, sob marcos de espaço e tempo, e a sua principal função tem sido condicionada pelos interesses das autoridades políticas e administrativas. O século XIX testemunhou não só o surgimento de Estados-nação no Ocidente, e a história baseada na evidência confiável, mas também a criação dos arquivos nacionais como arsenal de fontes úteis e como evidência histórica. As bases da teoria e das práticas arquivísticas no mundo moderno ocidental foram estabelecidas naquele momento, tendo como pontos de apoio o respeito aos fundos de arquivo e a ordem original dos documentos.

Os exemplos históricos de abuso de poder, controle por meio da manipulação dos documentos arquivísticos e o esforço para limitar o acesso a informações vitais demonstram os perigos do mau uso do poder dos arquivos e dos documentos. Arquivistas deveriam assumir o compromisso de evitar que a profissão arquivística, explícita e implicitamente, apoie as elites privilegiadas e governantes poderosos às custas dos direitos e interesses do povo (JIMERSON, 2008, p. 43).

O acesso aos acervos arquivísticos é fundamental como recurso para a construção da memória social, tendo em vista o exercício da função social e cultural dos arquivos.

#### **4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Atualmente as compreensões tradicionais sobre o processamento técnico dos acervos arquivísticos têm sido questionadas por teóricos e profissionais do campo arquivístico, considerando a complexidade com que pessoas, grupos e instituições interagem na formação dos arquivos. A possibilidade da produção colaborativa em ambiente de rede digital ilustra a complexidade da autoria, da propriedade e da custódia em relação aos documentos de arquivo. Os arquivos não existem isoladamente, mas dentro de facetados contextos interligando temporalidades: passado, presente e futuro.

Um caso aplicado à realidade digital é a utilização das redes sociais na internet. Tomando o Flickr, como exemplo, é possível o compartilhamento de fotografias, podendo criar grupos para troca e integração de imagens e construir exposições, debates e álbuns. Esta plataforma permite também um intercâmbio entre instituições e com o próprio usuário quando este pode indexar através de etiquetas (TAGs), colaborando com a instituição e com a descrição no momento em que ele faz uso de palavras-chave para determinar algum conteúdo.

A formação do patrimônio documental evidencia a participação dos arquivistas na avaliação que determina quais documentos serão preservados. Isso demonstra a dinâmica seletiva da memória, sugerindo ser o arquivista um representante da sociedade, com profundas implicações políticas, epistemológicas e éticas, informado pelos contextos em que vive e atua. Nesse sentido, elucida-se o quanto a representação da informação arquivística participa da construção de memórias e deve acomodar perspectivas e valores dos grupos sociais, incluindo as minorias.

Embora os arquivistas considerem seu papel na sociedade, é importante reconhecer que objetividade não é o mesmo que neutralidade. O compromisso com a honestidade, a justiça e a verdade lhes dá a base necessária para a "objetividade". Se nos mantivermos fiéis a estes valores éticos e profissionais, podemos nos envolver de forma responsável em debates sobre política pública e procurar assegurar que arquivos documentem as perspectivas de todos os segmentos da sociedade. Isso não é "neutro" porque arquivistas tomarão partidos e trarão sua expertise profissional para os problemas e questões sociais. No entanto, isso pode ser realizado objetivamente, seguindo padrões aceitáveis da prática arquivística (JIMERSON, 2008, p. 31).

A descrição arquivística envolve uma trajetória de práticas de controle de acervos em instituições de arquivo que se conecta aos emergentes padrões internacionais para descrever documentos com base em princípios arquivísticos.

Sem uma descrição adequada, os arquivos são como uma cidade desconhecida, sem plano, como um cofre do tesouro sem chave, ou ainda pior: como um viajante com um mapa inexato, correndo o risco de perder-se; assim um instrumento de descrição errôneo ou imperfeito pode enganar gravemente o investigador, seja por falsa interpretação de outros dados, seja por falta de informações sobre a origem e a história dos documentos (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 301).

O Conselho Internacional de Arquivos tem liderado nos últimos 30 anos o desenvolvimento desses padrões elaborados a partir de grupos de trabalho que incluem diferentes tradições arquivísticas nacionais. Consideramos o fenômeno informacional arquivístico complexo, e deve ser compreendido assim:

[...] os arquivos são tomados como construtos sociais capazes de revelar valores e padrões de comportamentos; são analisados como artefatos produzidos ao longo de uma série de investimentos de naturezas distintas, resultantes da ação da entidade produtora de arquivo, mas também de seus organizadores e custodiadores que, muito antes do trabalho seletivo empreendido pelo historiador, realizam, eles também, e em diferentes tempos e circunstâncias, suas próprias seleções, classificações e monumentalizações (HEYMANN, 2009, p. 28-29).

As normas internacionais de descrição arquivística representam um consenso desafiador. As culturas profissionais nacionais estabelecem teorias e práticas diversas que terminam impondo o centro do desafio da padronização internacional. As normas internacionais vigentes são:

- ISAD (G) - General International Standard Archival Description;
- ISAAR (CPF)- International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families;
- ISDF- International Standard for Describing Functions;
- ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings.

Esses instrumentos normativos expressam uma tentativa de compromisso da comunidade arquivística internacional de acomodar e respeitar diferenças nacionais buscando alcançar o padrão global intelectualmente coerente e viável. A identificação de entidades e suas inter-relações a partir dos acervos constituem a descrição arquivística, esse é o papel modelar do arquivista, considerando suas atividades desempenhadas na elaboração e na contínua manutenção da descrição arquivística. Nesse sentido, levam-se em consideração as tecnologias de comunicação e de rede que abrem emergentes possibilidades mais colaborativas para melhorar as práticas de descrição arquivística. Do ponto de vista tradicional, a descrição arquivística tem sido percebida como controle do acervo.

Seu propósito tem sido o de criar uma representação para os documentos que sirva à perpetuação da memória da sociedade, de prover evidência da existência dos documentos, de favorecer a consulta dos pesquisadores em geral e de determinar a significação do material ordenado, esclarecendo as relações de contexto e a relação interna dos documentos. (LEÃO, 2006, p. 21)

A realidade digital atual torna a cooperação entre instituições arquivísticas não só desejável, mas uma necessidade absoluta. O acesso ao patrimônio cultural existente em arquivos é cada vez mais o foco de comunidades profissionais e de usuários dessas instituições. Atingir convergência das diferentes práticas de descrição arquivística é um desafio intelectual e político ao mesmo tempo.

[...] uma visão tradicional que via o arquivo como repositório de documentos capazes de reconstituir o passado, o arquivo passou a ser objeto de investimentos de inspiração filosófica que contribuíram para emergência de novos sentidos, metafóricos e literais, que o associaram às dinâmicas de saber e poder configuradoras das estruturas sociais. (HEYMANN, 2009, p. 38-39)

É essencial que os modelos de gerenciamento e acesso aos acervos arquivísticos levem em consideração a lógica de reutilização de documentos de arquivo por diferentes usuários para além do seu contexto de produção.

A descrição é a análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nos conteúdos para os interessados. [...] A descrição é a ponte de comunicação entre os documentos e os usuários. Na cabeça da ponte, está o arquivista, que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação, transmitindo ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 300).

A abordagem multinível de descrição dos acervos arquivísticos convive com a emergência de um modelo multidimensional como expressão de superação de uma entidade única e completa a ser descrita pelo arquivista. Desloca-se de uma hierarquia para uma lógica de rede ou facetas na descrição arquivística. Desse modo, permite-se que seja possível descrever os documentos e as complexas realidades contextuais em que se inserem.

Os sistemas de descrição e de acesso precisam ser desenvolvidos de modo contínuo, incorporando uma compreensão dos princípios e práticas arquivísticas, para além da dimensão tecnológica. As instituições de patrimônio cultural variam muito em termos de recursos disponíveis e a transição da abordagem tradicional de descrição dos conjuntos documentais de um produtor para uma abordagem mais flexível será gradual de acordo com os contextos sociais e políticos diferentes.

[...] os instrumentos de pesquisa são aqueles que informam ao pesquisador acerca do contexto e conteúdo dos conjuntos e unidades documentais de um determinado acervo arquivístico de valor secundário. Dessa forma, os instrumentos de pesquisa são representações de uma documentação histórica que passaram pelos processos de arranjo e descrição onde, respectivamente, foram definidas lógica e fisicamente a organização dos documentos e produzidos os elementos descritivos do acervo. (ANDRADE, 2010, p. 12).

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, apresentando seu contexto e conteúdo. É uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico e habilidade para redigir descrições dos acervos. O objetivo é o controle dos documentos arquivísticos, tendo em vista a promoção do acesso (SILVA; ORRICO, 2019).

Os usuários dependem desses instrumentos para a compreensão do contexto de produção, pois, diferente das bibliotecas, o acesso aos

documentos de arquivo não é direto, e, sim, realizado via instrumentos de pesquisa que oferecem as informações necessárias para que o usuário conheça a origem dos documentos e a relação entre o produtor e as atividades que o geraram (CALDERÓN, 2003, p. 33).

É importante a ampliação da capacidade de atendimento das instituições arquivísticas aos usuários de seus acervos, incluindo a diversificação deste público, tradicionalmente composto por historiadores. Deve-se ampliar a abrangência do acesso aos arquivos por diversos setores da sociedade, como nos relacionamentos com minorias; no modo como elegemos arquivos pessoais como patrimônio; nas questões emergentes sobre os instrumentos de pesquisa disponíveis na internet; nas respostas às questões de direitos humanos e de justiça social (ORRICO; SILVA, 2019).

## **5 DIVULGAÇÃO DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NOS ARQUIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS**

O modelo de instituição arquivística que surgiu no século XIX projeta a exclusividade dos seguintes objetivos: preservar e dar acesso aos documentos públicos sob sua custódia. Estabelece-se um serviço público baseado no direito de acesso aos documentos públicos, no reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre o patrimônio documental e na institucionalização de uma administração coordenada dos arquivos.

De acordo com as disposições da legislação brasileira, a instituição arquivística significa ser o órgão responsável por recolher, preservar e dar acesso aos documentos produzidos pela administração pública, de acordo com seus diferentes níveis de organização do Estado. Esse órgão, também denominado arquivo público, participaria dos programas de gestão de documentos no momento de geração e de utilização dos registros administrativos.

O aspecto mais evidente sobre a finalidade do arquivo público é o trabalho de organizar, preservar e divulgar o seu acervo. Na prática, são ações de arranjo, descrição e conservação dos documentos, com o objetivo de atender a usuários presenciais e a distância, inclusive com publicações, exposições e bases de dados para facilitar o acesso.

A partir de 1991, uma lei federal legalizou a organização e a função das instituições e dos serviços arquivísticos públicos nas diferentes esferas de governo. A Lei nº 8.159 dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, centrada na gestão dos documentos, concedendo ao Arquivo Nacional uma autoridade privilegiada. O Conselho Nacional de Arquivos, previsto na legislação, tem abrangência sobre os diferentes poderes e esferas de governo e ficou vinculado ao Arquivo Nacional.

Os arquivos públicos no Brasil são instituições que devem acumular funções múltiplas que vão desde a participação na produção e na utilização dos documentos nos diversos órgãos até a patrimonialização cultural dos documentos, como por exemplo a institucionalização dos acervos privados de interesse público.

A subordinação dos arquivos públicos tem sido a diversas áreas do Estado e precisa incluir as diversas funções públicas: historiográfica – indicando o envolvimento e o compromisso de uma instituição arquivística com a produção de conhecimento histórico; republicana – apontando para a autoridade arquivística de uma instituição para proteger o público do privado e o privado das investidas do público, na medida em que operacionaliza o acesso, a classificação e a destinação de documentos públicos; cartorial – supondo os poderes de autenticação, testemunho e fonte autêntica como efeito do regime de controle e custódia do acervo; cultural - ser equipamento ou instituição-memória.

Abaixo o quadro que ilustra o cenário dos arquivos públicos brasileiros e seus instrumentos de pesquisa disponibilizados aos usuários de forma *online*.

**Quadro 1: Sites e instrumentos de pesquisa *online* dos arquivos estaduais brasileiros.**

UF	Instituição	Site	Base online
AC	Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre	Não foi identificado nenhum site	Não
AL	Arquivo Público de Alagoas	<a href="http://www.arquivopublico.al.gov.br/">http://www.arquivopublico.al.gov.br/</a>	Não
AP	Arquivo Público do Estado do Amapá	Não foi identificado nenhum site	Não
AM	Arquivo Público do Estado do Amazonas	<a href="http://servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico/">http://servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico/</a>	Não
BA	Arquivo Público do Estado da Bahia da Fundação Pedro Calmon	<a href="http://www.fpc.ba.gov.br/">http://www.fpc.ba.gov.br/</a>	Sim
CE	Arquivo Público do Estado do Ceará	<a href="https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/02/arquivo-publico/">https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/02/arquivo-publico/</a>	Não
DF	Arquivo Público do Distrito Federal	<a href="http://www.arpdf.df.gov.br/">http://www.arpdf.df.gov.br/</a>	Sim
ES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	<a href="https://ape.es.gov.br/">https://ape.es.gov.br/</a>	Sim
GO	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	<a href="https://site.educacao.go.gov.br/cultura/">https://site.educacao.go.gov.br/cultura/</a>	Não
MA	Arquivo Público do Estado do Maranhão	<a href="http://www.cultura.ma.gov.br/apem/">http://www.cultura.ma.gov.br/apem/</a>	Sim

<b>MT</b>	Arquivo Público de Mato Grosso	<a href="http://www.apmt.mt.gov.br/">http://www.apmt.mt.gov.br/</a>	<b>Sim</b>
<b>MS</b>	Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul	<a href="http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/arquivo-publico-estadual-de-mato-grosso-do-sul-ape/">http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/arquivo-publico-estadual-de-mato-grosso-do-sul-ape/</a>	<b>Não</b>
<b>MG</b>	Arquivo Público Mineiro	<a href="http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/">http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/</a>	<b>Sim</b>
<b>PA</b>	Arquivo Público do Estado do Pará	<a href="http://www.secult.pa.gov.br/">http://www.secult.pa.gov.br/</a>	<b>Não</b>
<b>PB</b>	Arquivo Público do Estado da Paraíba	Não foi identificado nenhum site	<b>Não</b>
<b>PR</b>	Arquivo Público do Estado do Paraná	<a href="http://www.arquivopublico.pr.gov.br/">http://www.arquivopublico.pr.gov.br/</a>	<b>Sim</b>
<b>PE</b>	Arquivo Público de Pernambuco	<a href="http://arquivopublico.pe.gov.br/institucional/">http://arquivopublico.pe.gov.br/institucional/</a>	<b>Não</b>
<b>PI</b>	Arquivo Público do Estado do Piauí	<a href="http://www.arquivopublico.pi.gov.br/index.php">http://www.arquivopublico.pi.gov.br/index.php</a>	<b>Não</b>
<b>RJ</b>	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	<a href="http://www.rj.gov.br/aperj.aspx">http://www.rj.gov.br/aperj.aspx</a>	<b>Sim</b>
<b>RN</b>	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	Não foi identificado nenhum site	<b>Não</b>
<b>RS</b>	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	<a href="http://www.apers.rs.gov.br/">http://www.apers.rs.gov.br/</a>	<b>Não</b>
<b>RO</b>	Não identificado	Não foi identificado nenhum site	<b>Não</b>
<b>RR</b>	Não identificado	Não foi identificado nenhum site	<b>Não</b>
<b>SC</b>	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	<a href="http://www.sea.sc.gov.br/index.php/institucional/diretorias/dioesc/arquivo-publico/sobre-a-instituicao">http://www.sea.sc.gov.br/index.php/institucional/diretorias/dioesc/arquivo-publico/sobre-a-instituicao</a>	<b>Não</b>
<b>SP</b>	Arquivo Público do Estado de São Paulo	<a href="http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/">http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/</a>	<b>Sim</b>
<b>SE</b>	Arquivo Público de Sergipe	Não foi identificado nenhum site	<b>Não</b>
<b>TO</b>	Não identificado	Não foi identificado nenhum site	<b>Não</b>

**Fonte: elaboração dos autores.**

Em buscas realizadas entre janeiro e julho de 2019 não foi possível identificar a existência de arquivos estaduais em três unidades da federação: Rondônia, Roraima e Tocantins. Outros quatro estados, apesar da possibilidade de identificar a existência da instituição, não foram encontrados seus sites: Acre, Amapá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Dos dezenove casos em que o arquivo estadual possui site, apenas nove disponibilizam uma base de dados como instrumento de pesquisa. 33% dos estados

apresentam online uma representação da informação arquivística a partir do seu acervo ao usuário: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Há obstáculos à ampliação do acesso aos documentos custodiados, considerando os instrumentos de pesquisa disponíveis pelas instituições que anunciam ter essa finalidade para os acervos que organizam e preservam.

A partir desse levantamento de informações sobre os espaços de custódia e acesso aos documentos de arquivo nas instituições arquivísticas estaduais, ainda realizaremos observação *in loco* incluindo representantes das cinco regiões do país: Bahia – Nordeste, Distrito Federal – Centro-oeste, Para – Norte, Rio Grande do Sul – Sul e São Paulo – Sudeste. O roteiro de observação para as visitas envolverá os indicadores apresentados no quadro abaixo.

**Quadro 2: Roteiro para observação *in loco* nos arquivos estaduais brasileiros.**

<ul style="list-style-type: none"><li>• Qual a quantidade de acervo custodiado em metros lineares?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Dessa quantidade em metros lineares, qual percentual está disponível para acesso ao público?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Qual o motivo da outra parte não estar disponível para amplo acesso?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Quais são os instrumentos de pesquisa disponíveis para a consulta?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Quem elabora e alimenta esses instrumentos de pesquisa?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Qual a formação do corpo técnico responsável pelo instrumento de pesquisa (historiador, arquivista, estagiário etc)?</li><li>• Qual o instrumento de pesquisa é mais utilizado?</li><li>• A equipe faz uso de um vocabulário controlado?</li><li>• Qual o perfil (profissão) dos consulentes que utilizam o acervo da instituição para a pesquisa?</li><li>• Há um estudo do usuário (o que ele mais procura, etc)? Esse material está disponível para acesso público? Por que não (em caso de negativa)?</li><li>• Qual percentual ou quantidade de contatos com a instituição através do e-mail, rede social, telefone, presencial, LAI)?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Quais são os acervos mais pesquisados?</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>• Há algum instrumento voltado para um determinado grupo social (LGBTs, afrodescendentes, indígenas, mulheres)?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• A instituição já sofreu interferência (política, social etc) na divulgação (por exemplo, exposição) ou não divulgação de um determinado acervo ou coleção?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Há alguma avaliação por parte dos usuários no tocante ao atendimento e instrumentos de pesquisa? Esse resultado está publicizado?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Além dos instrumentos de pesquisas tradicionais, a instituição faz uso de outros meios de divulgação? Quais?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• A instituição faz uso ou pretende utilizar a plataforma ICA-AtoM?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Quais são as estratégias de divulgação que já foram implantadas até o presente momento?</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Alguma instituição arquivística brasileira ou estrangeira serviu de base/inspiração?</li></ul>

**Fonte: elaboração dos autores.**

A abordagem desta pesquisa integra as questões relativas à esfera da informação arquivística, configurando um processo de comunicação que se apoia em práticas estabelecidas num ambiente de ação comunicativa específica que permite circular uma referência com validade, e que tem a ver com a ideia de testemunho encerrado num arquivo. Desse modo, os aspectos discursivo-informacionais de uma instituição de memória como os arquivos são cada vez mais problematizados.

Para isso, torna-se fundamental pensar sobre os instrumentos de pesquisa como recurso importante para o cidadão na construção de sua identidade e cidadania. Isso significa dizer que se acredita na concretização do direito do cidadão à informação governamental como um caminho de transparência do Estado à sociedade civil, capaz de efetivar a participação política como dimensão básica da cidadania e minimização de desigualdades sociais (SILVA; ORRICO, 2019).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, o que hoje denominamos de arquivo público foi se construindo, modificando, transformando e consolidando até chegar ao formato atual. Assim, também foi com a sua missão principal. Se antes a regra era guardar, agora é dar acesso.

Percebe-se a importância que um arquivo tem para a sociedade e para as instituições. Pode auxiliar prefeitos, governadores, presidentes a definir uma política pública visando ganhos para a sociedade e para o governo. O arquivo é um local de prova, memória, identidade. Como aponta Delmas (2010) o arquivo serve para provar e defender direitos (prova jurídica, diplomática, títulos, propriedades etc); lembrar do que se realizou ou da experiência anterior (auxilia na tomada de decisões, incluindo as jurídicas, baseadas em experiências anteriores); conhecer para entender o passado (os arquivos como fonte de conhecimento e para pesquisa); viabilizar as relações sociais (povos, religião, economia, símbolos, memória, história).

Conforme apontado por Orrico e Silva (2019), há recursos tecnológicos já utilizados pela maior parte das instituições arquivísticas para favorecer o uso de seus acervos pelos usuários, no entanto, ainda carecem avanços em dois pontos: ampliar a identificação entre os arquivos públicos e a maior parte da população e aperfeiçoar os instrumentos de pesquisa das entidades custodiadoras de acervos arquivísticos para atingir um público mais amplo que comumente não visitaria os arquivos, para fins de construção de memórias e expressão de identidades.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 27-42.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Uma Nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. **Cultura, representação e informação digitais**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes: um estudo sob a ótica da análise documental. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26

GONDAR, J. O.. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus** (UNIRIO. Online), v. 9, p. 19-40, 2016. Disponível em: [http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ\\_19.pdf](http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf) . Acesso em: 30 jun. 2019.

HEREDIA HERRERA, A. **Arquivística general**: teoría y práctica. 7.ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional**: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia)– IUPERJ, Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JIMERSON, Randall C. Arquivos para todos - A importância dos arquivos na sociedade. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 7. n.2, p. 27-44, jul./dez., 2008.

LEÃO, Flavia Carneiro. **A Representação da informação arquivística permanente**: a normalização descrita e a ISAD(G). 2006. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; SILVA, Eliezer Pires da. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. **Em Questão**, v. 25, p. 256-277, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/85152>. Acesso em: 30 jun. 2019.

POLLAK, Michael.. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992. v.5, n.10, p. 200-212.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007. 535p.